



A DISPUTA DE UMA GEOGRAFIA POLÍTICA NO LIVRO DIDÁTICO: Geografias maiores e Geografias menores

Ludmila Losada da Fonseca
ludmila.losada@gmail.com

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul (UFRGS).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6261-8119>

Ivaine Maria Tonini
ivaine@terra.com.br

Professora do Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul (UFRGS).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8524-9117>

RESUMO

Este artigo versa sobre os atravessamentos políticos no livro didático e a manifestação deles por meio dos conteúdos da Geografia Política. Mais do que uma estratégia estatal, a política educacional – como o Programa Nacional do Livro Didático – é uma regulamentação na esteira de uma racionalidade adotada pelos governos. Os livros didáticos são o lócus para analisar os atravessamentos entre Política e ciência geográfica. Para tanto, esse artigo foi elaborado por meio da análise de duas coleções didáticas: Geografia Geral e do Brasil e Fronteiras da Globalização. A metodologia escolhida foi aquela que coloca em suspenso a informação para estabelecer interrogações sobre o que já está sendo dito. Com este método de análise, depreendemos duas formas distintas de manifestação da relação entre a Política e a Geografia no campo da Geografia Escolar: a Geografia Maior – pensada para e pelo Estado; e as Geografias Menores – manifestam-se pela abordagem de uma outra Geografia Política, pautada em diferentes escalas, permitindo contatos e análises para além do Estado. Conclui-se deste estudo que não há como conceber a ciência geográfica e a Geografia Escolar desconectadas da dimensão política, e que o livro didático é um lugar de disputa de racionalidades e de geografias. Encontramos nas análises elementos de cada uma dessas geografias. E percebemos a potencialidades das Geografias Menores em fomentar no aluno sua atuação na transformação do espaço geográfico.

PALAVRAS-CHAVE

Livro didático, Geografia política escolar, Geografias maior e menor.

A POLITICAL GEOGRAPHY DISPUTE IN THE TEXTBOOK: major Geographies and minor Geographies

ABSTRACT

This article discusses the political crossings in the textbook (LD) and their manifestation through the contents of Political Geography. More than a state strategy, educational policy - like the National Textbook Program - is a regulation in the wake of a rationality path embraced by the governments. The textbooks are the locus for analyzing the crossings between politics and geographic science. Therefore, this article was prepared by analyzing two collections of LD, General and Brazilian Geography and Frontiers of Globalization. The methodology chosen was which puts the information on hold to establish questions about what is already being said. From this analysis, we deduce two different ways of manifesting the relationship between Politics and Geography in the field of Geography in school: the Major Geography - which is thought for and by the State; and the Minor Geographies, manifested by the approach of another Political Geography, based on different scales that enable contacts and analysis apart from the State. It is concluded from this study that there is no possibility to conceive geographic science and school geography disconnected from the political dimension, and that LD is a place of dispute of rationalities and geographies. We found in the analyzed LD elements from each of these geographies. And we considering as possibility in Minor Geographies a way to encourage the student action in geographical space transformation.

KEYWORDS

Textbook, Political Geography in school, Major and minor Geographies.

Introdução

A Geografia Escolar há tempos utiliza da lente estatal para fazer suas leituras políticas sobre o espaço geográfico. Inicialmente objetivou responder e servir ao Estado para sua consolidação, permitindo a divulgação e popularização da ciência geográfica. São inúmeros exemplos dessa relação ainda constatados na escola, seja nas políticas estatais direcionadas a normatização da Geografia na educação básica trazidas pelos documentos oficiais, seja no cotidiano da sala de aula ao fazer escolhas como abordar os conteúdos programáticos selecionados, igualmente, pelos documentos oficiais.

Por este contexto e pelas leituras reflexivas a esse papel, falar de uma Geografia Política¹ Escolar prescinde que não há como fazer Geografia (nos documentos/na escola/nas produções didáticas/na vida) sem que haja uma vinculação com a dimensão política. Para tanto, concebemos que esse encontro se materializa na Geografia Escolar, concebido por Gonçalves (2011) como

um dos campos de investigação, aquele que está relacionado a tudo o que é produzido para, por e no ambiente da escola e da disciplina Geografia, notando que, de forma alguma, é indissociável dos outros espaços de formação, sendo ela um lugar de convergência tensa e criativa de visões produzidas pelas mais diversas instâncias culturais (GONÇALVES, 2011, s/ nº).

A Geografia Escolar é entendida neste texto para além de tudo que abarca o ensino da Geografia, mas também como todos os processos de produção do conhecimento e políticas estatais que impactam esse campo de conhecimento (GIORDANI, 2020). Isso se distancia da expressão tão comum utilizada para diferenciar a Geografia das escolas e a Geografia das academias.

Assim, a Geografia Escolar alcança em sua analítica as questões vinculadas à política tão presentes nos conteúdos trabalhados em aula, nas metodologias de ensino usadas pelos professores, e também naquilo que está para além da sala de aula, ela está em todo o ambiente escolar, nas relações de poder dentro da escola, na atuação de entidades estudantis, está na vida dos alunos, em como eles percebem o espaço geográfico e em como eles são estimulados à reflexão.

Dentre as vastas possibilidades de estudos sobre a Geografia Escolar, elege-se aqui a análise de materiais didáticos que (re)produzem a ciência geográfica. Para tanto, as considerações realizadas no presente artigo foram produzidas a partir da análise de duas coleções presentes no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Ensino Médio de 2018 e de leituras de autores que funcionam como intercessores para sustentar o escopo deste texto. A fim de elucidar o leitor, o objetivo central deste texto é de analisar os atravessamentos políticos presentes no LD de Geografia, e a manifestação deles por meio dos conteúdos nos LDs no que tange à Geografia Política, identificando uma Geografia Maior e Geografias Menores.

¹ Aposta-se aqui em falarmos em uma Geografia Política e não da Geopolítica, sendo esta última destinada ao estudo dos conflitos entre grupos territorializados ou não e Estados. A Geografia Política nos possibilita uma ampliação maior quanto ao tema, principalmente no que concerne às questões ligadas à cidadania, à democracia, isto é, daquilo que trata da relação das pessoas com as instituições (estatais e privadas). Assim, sendo possível trabalhar com as relações de poder que irão se materializar espacialmente. Em resumo, como cita Castro (2005) “[...] podemos indicar que é na relação entre a política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e no território – base material e simbólica da sociedade – que se define o campo da geografia política” (p.16).

Para esta analítica a metodologia é tomada como um modo bem mais aberto do que aquele trazido tradicionalmente, como entendida por Meyer e Paraíso (2012, p. 16),

[...] metodologia como um certo modo de perguntar, de interrogar, de formular questões e de construir problemas de pesquisa que é articulado a um conjunto de procedimentos de coleta de informações - que, em congruência com a própria teorização, preferimos chamar de 'produção' de informação - e de estratégias de descrição e análise.

Com esta opção de abordagem metodológica, a investigação se concentrou nos textos inscritos nos livros didáticos através de linguagens escritas ou imagéticas, onde

[...] ocupamo-nos do já conhecido e produzido para suspender significados, interrogar os textos, encontrar outros caminhos, rever e problematizar os saberes produzidos e os percursos trilhados por outros. Enfim, buscamos as mais diferentes inspirações e articulações para modificar o dito e o feito sobre a educação e os currículos" (PARAÍSO, 2012, p. 25).

Com este cenário posto, faz-se central que se compreenda o principal promotor desse material didático, o Estado. Para tanto, é necessário que mostremos que Estado é esse. De forma cada vez mais nítida no Brasil², percebe-se que o Estado, por meio de uma racionalidade, abre mão de responder aos anseios da população, assumindo sua condição de Estado-centauro. Isto é, o Estado como se fosse um híbrido, que nas palavras de Wacquant (2018) é constituído por uma cabeça liberal que irá reger a economia para aqueles que pertencem ao topo da pirâmide social, fomentando políticas que agudizam a divisão social (supressão de direitos, mercado como regulador da economia, desregulamentação do trabalho); num corpo autoritário, onde a atuação deste Estado está em punir (penalmente) a base da pirâmide composto por pessoas desassistidas e sem inserção no mercado de trabalho (sub-proletariado).

Como a produção dos materiais didáticos não está apartada dessa realidade, os materiais e as políticas que os fomentam são pensados no bojo de uma racionalidade governamental neoliberal que

[...] aplica a doutrina do *laissez-faire et laissez-passer* a montante, em relação às desigualdades sociais, aos mecanismos que as geram (o livre jogo do capital, desrespeito do direito ao trabalho e desregulamentação do emprego, retração ou remoção das proteções coletivas), mas mostra-se brutalmente paternalista e punitivo a jusante, quando se trata de administrar suas consequências no nível cotidiano (WACQUANT, 2018, p.88).

O Estado, portanto, por meio da violência, lida com as consequências da sociedade produzida pela cabeça liberal. No contexto neoliberal, onde o Estado-

² Localizamos, no Estado brasileiro, uma ruptura com o sistema democrático e uma acentuação das políticas neoliberais em 2016, quando a então presidenta Dilma Rousseff foi destituída por meio de um golpe.

centauro se faz presente, são os agentes econômicos que intervêm diretamente no espaço geográfico, nas nossas práticas espaciais cotidianas, no nosso fazer na escola, nas políticas educacionais, nos materiais didáticos e nos demais aspectos que circundam a vida.

As ações do Estado, no que tange às políticas públicas que tocam à educação, recaem diretamente na realidade escolar. A elaboração dessas políticas, ao exemplo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Plano Curricular Nacional (PCN), do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)³, agem na forma como a ciência geográfica é praticada/compreendida na escola. Para além desses atravessamentos, entende-se que a Geografia Escolar precede a Geografia acadêmica ao considerarmos a escola como lugar de produção de conhecimento e que ali se produz uma cultura (a cultura escolar), e que há uma distinção no conteúdo que é ensinado na escola daquilo que se ensina nas universidades (GONÇALVES, 2011). No Brasil, a Geografia está no currículo desde o século XIX, gerações de brasileiros entraram em contato com a ciência geográfica, mas qual foi a Geografia que eles aprenderam? Esta “evolução” da ciência apareceu e aparece nas aulas dos professores da educação básica, bem como nos materiais didáticos?

A Geografia como disciplina escolar no Brasil surge já com um posicionamento, posto que ela possui uma herança europeia, revelando o seu caráter político e sua intencionalidade. Essas intencionalidades e o andar da ciência ao longo da sua historicidade também fica evidenciado quando Gonçalves (2011) apresenta os diferentes conceitos e as diferentes visões da Geografia que se modificaram ao longo do tempo. Para exemplificar, os autores⁴ acionados pela autora supracitada, destacam que, até as primeiras décadas do século XX, havia uma ausência de conteúdos que trabalhassem com a realidade brasileira, emergindo nesse fato a colonização da nossa história e da nossa cultura. Porque o governo brasileiro - já se vivia em uma República - não queria que seus estudantes, por mais limitado que fosse seu público e elitizado que fosse o perfil desses alunos, estudassem sobre a realidade do Brasil?

Neste cenário, coloca-se em evidência a imbricação entre ciência geográfica – política – Geografia Escolar. Como forma de entender esta relação, buscou-se nos Livros Didáticos (LD) a expressão de uma racionalidade governamental demonstrada nas

³ Data de meados da década de 80, século XX, o início da implantação do PNLD pelo Estado, o qual exerce duplo papel: agente controlador (normatiza o livro didático) e consumidor (aquisição). Em todas as edições do PNLD, nos diferentes níveis, sempre estiveram direcionados mais para atender interesses financeiros do que o processo de aprender dos estudantes. Tal fato pode ser exemplificado pelos editais de submissão das obras didáticas; da seleção dos coordenadores pedagógicos e avaliadores (BITTENCOURT, 2004; MUNAKATA, 2012).

⁴ Ivaine Maria Tonini (2003), Genylton Odilon Rego da Rocha (1996), João Pedro Pezzato (2001), Nídia Pontuschka (1999), Rui Ribeiro de Campos (2002).

políticas para elaboração dos materiais didáticos, bem como nos conteúdos ali apresentados. Para tanto, apresentamos duas Geografias presentes nos LDs, a Geografia Maior e as Geografias Menores que contribuem para o entendimento da tríade anteriormente posta por meio dos conteúdos nos LDs.

O encontro da Geografia com a política na escola

Concebe-se aqui enquanto Geografia Política Escolar justamente essa imbricação entre a Geografia e a Política, e a sua manifestação na realidade da escola. As concepções sobre o espaço geográfico, sobre como os alunos percebem o lugar que habitam, sobre o território que se constrói e se disputa, são vivenciadas na escola. Logo, para além de conteúdos que possam ter caráter político, toda a ação dentro de uma escola (e na sociedade) é uma ação política.

Ao pensar nessa expressão, reflete-se também sobre os conteúdos que são trabalhados dentro e fora da sala de aula. Por certo que existem assuntos dentro do currículo de Geografia que são mais pertinentes aos temas clássicos da Geografia Política, como por exemplo as disputas territoriais entre Estados-Nação ou os processos de integração regional e econômica. Praticar uma Geografia Política na escola não é apenas trazer esses temas à tona, mas sim colocar o aluno como peça importante deste processo, localizá-lo como um “cidadão do mundo”, com o cuidado na não romantização do termo, mas incentivando o sentido do despertar para as suas possibilidades de atuação.

Estudar a Geografia Política na escola é distinto dos estudos do campo realizado na Geografia acadêmica. Essa inserção sofre e deve sofrer influência do meio escolar e, desse modo, a ciência geográfica aproxima-se da educação. No PCN elaborado no ano de 2006, evidencia-se a inclusão da Geografia Política no contexto escolar, calcada nos assuntos que tratam das

[...] diferentes fronteiras e a organização da geografia política do mundo atual, estado e organização do território. Acresce-se aqui a dimensão da Geografia política: quanto ao papel do **Estado** na criação de oportunidades ou de cerceamento de ações envolvendo populações, nas formas de organização da população nos vários lugares do mundo, com suas lutas específicas, na definição de fronteiras e das possibilidades de sua superação, na estruturação dos territórios e as configurações demarcadas por **interesses estratégicos nacionais** (BRASIL, 2006, p. 58, grifo nosso).

Observa-se, sobre os PCNs, que eles não retratam o que de fato ocorre na realidade escolar. Contudo, toma-se esses parâmetros para pensar nos temas que

envolvem a Geografia Política. Conforme o trecho citado, a Geografia Política em muito tem para contribuir com a formação cidadã, observa-se: como se organiza o território (porque eles são da forma que são – limites e organização estatal), tratar da função do Estado (pra quem ele serve? O que posso cobrar e ser exigido pelos governantes?); e ainda abre margem para uma visão menos estatal, em que a política está nas mãos da sociedade civil (o que nós podemos fazer?). Desse modo, ainda que Estado seja posto como ator central naqueles conteúdos referentes à Geografia Política, o campo educacional da Geografia ocupa-se, segundo a referida política, justamente da relação dos sujeitos com uma parcela do espaço geográfico e, desse modo, o seu fazer político.

Na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a Geografia Política se manifesta no Ensino Fundamental e Médio. Ela se faz presente, enquanto conteúdo, quando das questões de pertencimento (nacional), das relações multiescalares, do estudo dos organismos internacionais, dos movimentos migratórios; mais precisamente no Ensino Médio, a BNCC aponta que o papel das ciências humanas é a formação de sujeitos protagonistas (BRASIL, 2018). Há que se destacar que ser protagonista é ser *protos agonistas*, aquele que inicia uma ação, aquele que participa. Logo, aquele que atua e transforma o seu lugar, criando possibilidade de intervenção no espaço geográfico. Como se propõe aqui um olhar reflexivo, cabe destacar as críticas de cunho político e que revelam faces da racionalidade neoliberal na BNCC por meio de sua vinculação com interesses de organismos econômicos internacionais, a exemplo do Banco Mundial, pautando a eficiência na educação, a diminuição de custos, ou por meio do apoio recebido pelos grupos empresariais nacionais (GIROTTTO, 2017).

Faz-se essencial que se considere que o encontro entre a Geografia e a Política, principalmente dentro da sala de aula é influenciado pela conjuntura nacional, marcada pelo avanço das questões morais e conservadoras nas pautas vigentes. Uma expressão dessa realidade está no projeto *Escola Sem Partido*. Segundo Frigotto (2017), o projeto possui forte teor moral, que coloca em ameaça a escola como espaço para a formação humana, para o convívio democrático e de respeito à diversidade. Dessa forma o projeto

[...] Escola Sem Partido expressa o epílogo de um processo que quer estatuir uma lei que define o que é ciência e conhecimento válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial, uma ciência supostamente não neutra (FRIGOTTO, 2017, p.29).

Ainda que o projeto de Lei não vigore nacionalmente, o fato é que o movimento está presente no controle que se faz aos conteúdos que são ensinados pelos docentes,

cerceando o fazer dos professores e sua autonomia através do monitoramento por parte da comunidade escolar, ou seja, estudantes, seus responsáveis legais, colegas e chefias realizam a vigilância do trabalho docente com o intuito de denunciar e/ou punir o professor. Não defende-se aqui uma formação para a doutrinação ou partidarização, mas sim da autonomia, da construção pedagógica e filosófica de cada docente, uma educação que vise a pluralidade.

Muito além de um mero recurso didático, o livro didático é produto de todo esse contexto colocado e, portanto, também manifesta o encontro entre a Geografia e a Política, tornando-se lócus de manifestação das conjunturas, articulações e entendimentos da Geografia, por meio da sua apresentação, das suas formas e de seus conteúdos. Nas próximas sessões compreenderemos que o LD é fruto de políticas e disputas.

O livro didático e seus atravessamentos políticos

O livro didático possui importância ímpar no processo pedagógico, algo, por vezes, despercebido pelos alunos da educação básica. Todavia, quando se ingressa numa formação em licenciatura percebe-se sua relevância, sendo ele objeto de estudo amplamente pesquisado. Isso se deve ao LD marcar a ciência numa determinada época e pelo intenso uso pelos docentes, sendo este o mais importante instrumento de apoio do professor de Geografia, ora sendo utilizado como única fonte, ora pela qualidade do material, ora em razão da escola adotar este instrumento, dentre outras formas de uso (CALLAI, 2018), logo, o que está no livro provavelmente será a Geografia que os estudantes terão contato. Nesse momento surge o despertar: que Geografia (Política) é essa?

Estreitando um pouco mais esse questionamento, e apresentando o primeiro recorte deste artigo, quais são os laços dessa Geografia com a construção/ação/compreensão política do aluno? A política aqui tem seu lastro geográfico primeiro na própria etimologia da palavra (*politikos* – relativo ao cidadão/Estado, possui origem em *polis* – cidade). Como separar a Geografia (e o fazer geográfico) da Política, se uma já nasce imbricada na outra? Como negar aos nossos alunos uma Geografia que não questiona o sistema, o Estado, as Organizações, o cotidiano?

Se a política está na gênese da ciência geográfica, essa relação também será transmitida para o conteúdo/organização/produção do material didático. Compreende-se por política aqui o conceito mais amplo possível, que dê conta de abordarmos a relação

do Estado para com os cidadãos e entre Estados, ou a relação entre as pessoas em todos os seus níveis (do particular ao público).

O Estado, importante ator territorial, desde seu surgimento, mudou sua forma de intervir no espaço geográfico. Ora de forma mais intensa, ora de forma mais branda. Nas sociedades atuais, uma das formas do Estado agir é através das políticas públicas. Deteremos olhares para as políticas voltadas à educação, mais precisamente para a produção dos LDs, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

A fonte teórica central para endossar os atravessamentos que o livro didático sofre é trazida por Oliveira (2019) que, fazendo-se valer do recorte teórico foucaultiano nos apresenta uma mirada para a base legal (1937-2018) que marca a produção do livro didático do ensino médio, onde o autor pontua que

As regras que margeiam a constituição dessas diferentes formações discursivas e a função enunciativa exercida por elas podem ser entendidas na dinâmica das relações de poder que atua na constituição dos discursos, que seleciona enunciados, que rejeita temas a partir de um conjunto de positivities históricas, que constitui objetos e conceitos em torno de tais temas (OLIVEIRA, 2019, p. 81).

Essa citação mostra um braço da Geografia Maior na produção dos livros e da própria ciência. Há uma intervenção das redes de poder sobre quais conteúdos são ministrados, e mais, em tempo de precarização do trabalho docente, quando a dependência ao livro aumenta (como ferramenta e como fonte), alarga-se a importância do mesmo, porém, ao mesmo tempo, apresenta-se como um limitador.

Para contribuir com a perspectiva apresentada, abre-se aqui um espaço para tratar do que e de quem se fala quando se analisa uma política pública, ao exemplo do PNLD. Desta forma, a primeira intenção é posicionar o Estado (a instituição) como o responsável por essas políticas. Por isso, faz-se necessário um olhar menos ingênuo, em que pese a racionalidade em que as políticas do Estado são elaboradas; em nossos tempos, como já apresentado, elas são pensadas por meio de uma racionalidade neoliberal (FOUCAULT, 2020).

Como já pontuado, compreende-se que o atual Estado brasileiro governa baseado em uma racionalidade neoliberal, que possui a estrutura de um centauro conforme identificou Wacquant (2018). Nesse mesmo sentido, Foucault (2020), na lição de 14 de Fevereiro de 1979, aborda sobre o surgimento do neoliberalismo e a sua distinção do liberalismo, apontando que o primeiro é “[...] um governo activo, é um governo vigilante, é um governo interventivo [...]” (FOUCAULT, 2020, p.177). Um Estado que governa em uma racionalidade neoliberal, não tem sua ação intervencionista na diminuição dos

efeitos provocados pelo mercado, mas sim na atuação na própria sociedade (FOUCAULT, 2020). Essa atuação seria o corpo do Estado-Centauro.

Quem propõe as políticas públicas não é o Estado enquanto instituição que é perpassada somente pelo interesse público (da população), mas sim marcada por representantes momentâneos dessa instituição que pensam, estruturam e realizam projetos que possuem um perfil ideológico, onde há um jogo de interesses pautado por uma racionalidade econômica, marca dos governos neoliberais. Assim, deve-se analisar o governo e suas práticas que controlam, que disputam a governamentalidade do Estado. A chave da questão pode estar no tipo de racionalidade que o governo assume para pensar e promover políticas públicas destinadas a um determinado território.

O PNLD, destinado para avaliação e disponibilização de obras didáticas, pedagógicas e literárias, é a expressão das políticas governamentais para a educação. Por meio de critérios propostos pelo Ministério da Educação, as coleções são avaliadas e a partir da avaliação e do guia elaborado (com as potencialidades e fragilidades de cada coleção) o professor escolherá o LD que trabalhará. Somente com o discurso institucional pode-se concluir que esta é uma política estatal que permite o acesso de professores e alunos a um material em que se garante a mínima qualidade – o que se considera necessário aprender.

Ao usarmos a lente da reflexividade, percebemos que os critérios são réguas que dependem da racionalidade adotada de quem está governando o Estado. Esses critérios serão mais flexíveis, do ponto de vista moral, se estivermos sob a égide de governos progressistas, ou mais rígidos se o governo for conservador, essas variações saltam aos olhos quando da transição dos governos.

Assim, dentro da superestrutura do Estado brasileiro temos a disputa que se apresenta como uma teia de poder que produz um material didático que não se paralisa no tempo, nem no espaço. Na análise de Oliveira (2019), foram identificados diferentes momentos da legislação brasileira quanto à política dos livros didáticos, desde a disciplinarização dos saberes, passando pela ampliação dessas políticas, até hoje, como regulador e produtor de saber.

Essa leitura feita sobre o PNLD, também pode ser feita sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), em que Gonçalves (2011) atenta para o papel da legislação em construir e em ditar o que será ensinado aos alunos, contudo esta legislação não traduz, não alcança totalmente a realidade escolar

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo, ainda que imperem como documentos revelador de uma política educacional nacional, não expressam a Geografia Escolar, não aquela em suas formas de existência nos indivíduos

escolares, mas revela as bases de uma reforma curricular [...] que está circunscrita à reformulação das políticas sociais e econômicas mundiais [...] quando o Brasil passa a participar de reuniões internacionais convocadas pela UNESCO, UNICEF, PNUD, BM [...] (GONÇALVES, 2011, p.10).

Isso evidencia as intenções do Estado para com a formulação de políticas públicas que não se limitam a uma intencionalidade única. Ele irá assumir diferentes intenções, podendo se originar de organismos internacionais, de organizações privadas ou de organismos não governamentais.

Oliveira (2019) também atenta para a avaliação dos livros didáticos realizada pelas universidades. Pois bem, existem cinco blocos de avaliações, sendo um deles, em específico, o da formação cidadã. Percebe-se então que há uma intencionalidade nos promotores desta política pública e há o reconhecimento da capacidade de influência dos livros didáticos nas aulas e na formação dos estudantes. Mas que tipo de cidadania se pratica ou se induz nos livros? Ou, que tipo de protagonismo se espera desses estudantes? Pode-se objetivar um protagonismo sem falar em política? Quais são os atores que disputam a construção desta Geografia Política nos LDs?

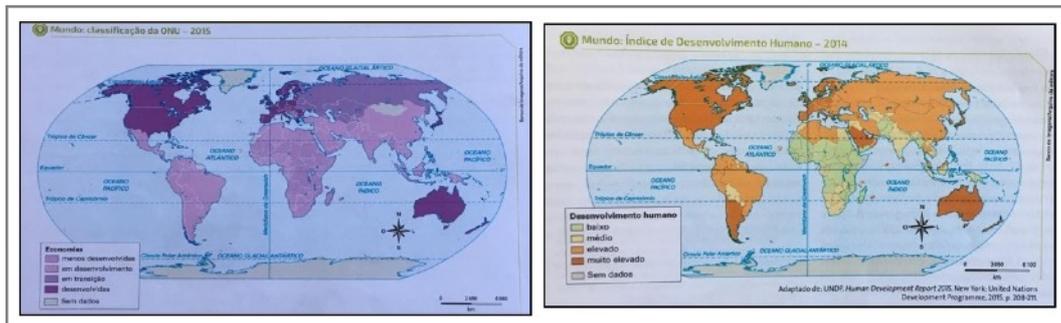
Para realizar esta análise nos LDs, foram selecionados livros do Ensino Médio presentes no Guia do Livro Didático de 2018, e que foram as obras mais demandadas nas edições anteriores do PNLD (BRASIL, 2017). As coleções utilizadas foram *Fronteiras da Globalização* e *Geografia Geral e do Brasil: Espaço geográfico e globalização*.

De uma Geografia maior

Por uma Geografia maior, assim mesmo, no singular, entendemos como “os signos e significados habituais” (OLIVEIRA JR, 2019, p.34) da geografia, no nosso entendimento produzida pelo e para o Estado. A utilizamos para abordar as questões ligadas à soberania, à política estatal. Nesse sentido, essa geografia se faz presente na Geografia Escolar, como demonstra Lacoste em sua obra *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra*, de 1988. Em um dos capítulos o autor aborda que a *Geografia Escolar que ignora toda prática teve, de início, a tarefa de mostrar a Pátria*, evidenciando o desligar das pessoas de suas práticas espaciais, como se em nenhum momento elas tivessem tido contato com a ciência geográfica.

Lacoste (1988) aponta que isso é fruto do distanciamento desta geografia com o dia a dia dos alunos (suas práticas espaciais), pois a essa ciência preocupava-se em falar da pátria, em trabalhar com a cartografia de menor escala.

Figura 1: Mapas de indicadores de Desenvolvimento.



Fonte: MOREIRA; SENE, 2016.

Estas escolhas não foram aleatórias, elas se explicam, segundo Lacoste (1988), por uma opção em que não trabalhar o cotidiano representa não tratar das assimetrias e contradições que ocorrem dentro de um país, o que segundo alguns estadistas, enfraqueceriam o elo nacional. Percebemos esse movimento atualmente, a exemplo da Figura 1 retirada do LD da coleção *Geografia Geral e do Brasil*, onde os dados e cartografias para tratar sobre disparidades sociais e econômicas aparecem apenas na pequena escala cartográfica, colocando o Brasil como uma unidade (social e econômica) onde as assimetrias regionais não são reveladas. Ao passo que nos conteúdos de clima e biomas, as diferenças regionais aparecem de forma acentuada. Nota-se, dessa forma, que a questão central não está em mostrar o país como algo homogêneo, sem diferenças, mas sim na não exposição das assimetrias sociais/econômicas regionais. Essas disparidades de teor mais econômico ficam, a exceção, expressas –por meio de poucos mapas e gráficos– nos temas de urbanização e industrialização brasileira.

A Geografia foi e é utilizada para o fortalecimento do sentimento nacional e patriótico, no sentido de unir e de buscar uma identidade comum quando os Estados conquistam sua independência. Esse papel cabe bem à Geografia por tratarmos, cientificamente, de categorias como território e fronteira que dão sustentação para o estudo do espaço geográfico.

Que isso agrade ou não, os argumentos geográficos pesam muito forte, não somente no discurso político (ou politizado), mas também na expressão popular da idéia de pátria, quer se trate de reflexos de uma ideologia nacionalista invocada pelos coronéis, uma pequena oligarquia, uma "burguesia nacional", uma burocracia de grande potência, ou se refira aos sentimentos do povo vietnamita. – *sentimento nacionalista popular* (LACOSTE, 1988, p.26).

A constituição desse ideário nacional – seja pensado por uma elite ou pelo povo – tem na Geografia Escolar um de seus pilares, *naturalizando*, nos estudantes os limites territoriais da Nação. Nos LDs de Geografia analisados, principalmente na coleção

limite, o interesse do Estado na ciência geográfica e de qual seria a sua função na escola, revelando que há uma íntima relação entre a Geografia (Escolar) e o Estado.

O início do ensino da Geografia Política no Brasil, princípio do século XX, tem na política o objetivo final do ensino de Geografia, por meio da integração nacional e do nacionalismo, visando a unidade do país (PEREIRA, 2009). A Geografia Política não aparecia enquanto campo do conhecimento⁶, o que se altera durante a década de 1930, iniciando os estudos de fronteira e território. Nesta década, Delgado de Carvalho, produtor dos primeiros manuais de Geografia, lança um manual de *Introdução à Geografia Política* destinado para professores, onde dava-se destaque para o estudo das potências mundiais.

Em mais um momento da Geografia Escolar, tem-se a aproximação da política (e seus estudos) com o ensino da disciplina e esta relação aparecendo nos materiais didáticos. Assim, o que se pensava em Geografia Política era o que aparecia nas obras de Delgado de Carvalho e Aroldo de Azevedo. Mesmo com o decorrer das décadas, as atuais publicações dos LDs contam com a forte presença da marca estatal, principalmente na sua regulamentação trazidas tanto nos editais de submissão das obras didáticas como nas fichas avaliativas das mesmas.

Figura 3: Sumário compilado dos conteúdos de Geografia Política.

CAPÍTULO 20		
O comércio multilateral e os blocos regionais	241	
A Organização Mundial do Comércio	241	
O mundo em blocos	246	
Refletindo sobre o conteúdo	250	
CAPÍTULO 21		
Europa: o continente dos blocos econômicos	251	
União Europeia	251	
O Espaço Econômico Europeu	257	
Diálogos - O desafio da imigração na Europa: problema enorme para soluções pequenas	258	
Refletindo sobre o conteúdo	260	
CAPÍTULO 4: A ordem internacional	75	
1. Ordem geopolítica	77	
As alianças militares, 78 • A ONU e a crise de legitimidade, 82 • A representatividade do CSNU, 83		
A cooperação Sul-Sul, 84		
2. Ordem econômica	86	
Do G-6 ao G-20, 88		
3. Nova ordem internacional	90	
A ordem unipolar, 90 • A ordem multipolar, 91		
3. Percepção da corrupção e "Estados frágeis"	66	
Infográfico: Corrupção	68	
A violência nos "Estados frágeis", 70		
Infográfico: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: informe de 2015	72	
CAPÍTULO 3		
A globalização e a economia-mundo	31	
A multipolaridade e o conflito Norte-Sul	31	
A globalização e a economia-mundo	33	
O outro lado da globalização	37	
Refletindo sobre o conteúdo	39	
CAPÍTULO 4		
O mundo no século XXI: economia e geopolítica	40	
Um mundo em transformação	40	
Brics: emergentes diferenciados	43	
Refletindo sobre o conteúdo	47	
CAPÍTULO 2		
A Guerra Fria e o mundo bipolar	22	
Um novo capitalismo e a criação da ONU	22	
Capitalismo x socialismo	23	
O conflito Leste-Oeste: a ordem geopolítica pós-guerra	27	
O fim da Guerra Fria	30	
Refletindo sobre o conteúdo	30	

Fonte: MOREIRA; SENE, 2016; ALMEIDA; RIGOLIN, 2016.

⁶ Praticava-se uma Geografia essencialmente descritiva.

O LD apresenta com mais visibilidade – conforme Figura 3 - uma Geografia Política pensada por uma Geografia Maior, e se nos determos na visão de uma geografia política maior, localizamos na produção do material que ela está concentrada nos LDs do segundo e primeiro ano do ensino médio, quando aborda os conflitos geopolíticos, as diferenciações das ordens mundiais, os processos integracionistas, organizações supranacionais, tendo o Estado como produtor principal do espaço geográfico.

Para as Geografias menores

O conceito de Geografias menores foi desenvolvido por Oliveira Jr. (2019) em razão do contato do autor com os seus intercessores, Deleuze e Guattari, que utilizavam *menor* enquanto um conceito que possui cunho filosófico.

Aparece pela primeira vez em Kafka, por uma literatura menor (DELEUZE; GUATTARI, 2003), desdobrando-se e misturando-se com outros conceitos, tais como resistência e fabulação, que atravessam algumas das obras de Gilles Deleuze (1997, 2007, 2010) e também em Mil platôs (1995, 1997a, 1997b, 2011, 2012), escrito por esse autor em parceria com Félix Guattari (OLIVEIRA JR., 2019, p. 32).

Oliveira Jr (2019) cria e utiliza o conceito de Geografias Menores na esteira de sua “busca por outras potências para se grafar o espaço” (OLIVEIRA JR., 2019, p.33), alargando as possibilidades de leitura do espaço, indo ao encontro de um “espaço *que* seja pensado como heterogêneo, vívido e sempre aberto a novos devires” (OLIVEIRA JR., 2019, p.33). O conceito, conforme utilizado por seu autor, será posto no plural, pois aqui não falamos de uma única Geografia, mas sim explorando o máximo de possibilidades, abarcando a pluralidade que a Geografia possibilita. É neste espaço que iremos centrar as possibilidades de uma outra Geografia Política, onde deslocamos o olhar político através das lentes do Estado⁷ para começar a ver outros atravessamentos que, obviamente, continuam sendo políticos.

Trata-se de uma nova perspectiva para a Geografia Política com teor mais crítico, que conta com a participação de novos atores que contribuem para a transformação do espaço. É central trazermos para este debate o geógrafo Ivaldo Lima, que no artigo *A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica*, de 2013, aborda as renovações da geografia política e traz a relevância da professora Bertha Becker que diz que esse momento é marcado pela “reestruturação tecnológica e os novos movimentos sociais” (LIMA, 2013, p.150). Tratamos aqui da emergência de uma nova geografia política, onde há um

⁷ Para Bertha Becker, a Geopolítica Clássica, *assim como a Geografia Política Clássica*, foi baseada no realismo político – *linha das Relações Internacionais*, que tem “o Estado como unidade política básica do sistema internacional” (BECKER, 1995, p. 273 *apud* LIMA, 2013, p. 151).

deslocamento da centralidade do poder no Estado, próprio da análise da geopolítica clássica (LIMA, 2013), para uma leitura que dê conta dos diferentes atores que constroem o espaço geográfico.

A nova Geografia Política aproxima-se do conceito de identidade, da Geografia social e da Geografia cultural. Permite-se agora, dentro do campo, falar sobre cultura, papel da identidade, sobre o lugar, dando uma nova perspectiva escalar e metodológica à Geografia Política, refletindo as novas relações que constroem o espaço (LIMA, 2013). Nessa nova perspectiva, abre-se uma possibilidade de estudos que outrora seriam impensáveis para o campo, possibilitando a intersecção da Geografia Política e da Geopolítica com feminismos, sustentabilidade, pertencimento, espiritualidade, sentimentos, movimentos populares (LIMA, 2013). Como expressão disso, trazemos a imagem da Malala, presente nas duas coleções quando são pautados o espaço da mulher na conjuntura internacional (conflitos/desigualdades).

Figura 4: Imagens de MalalaYousafzai e informações relacionadas.



Fonte: MOREIRA; SENE, 2016; ALMEIDA; RIGOLIN, 2016.

Essa pluralidade de assuntos permite com que essa nova Geografia Política apareça de forma pulverizada nos LDs. Torna-se cada vez mais comum nos materiais didáticos as novas abordagens em torno do campo, principalmente por meio dos movimentos sociais, sua atuação e estratégia. Também são cada vez mais nítidos assuntos relacionados ao pertencimento (“nações sem território” – ao exemplo dos curdos), às cúpulas do meio ambiente e o papel das populações tradicionais, o papel e a resistência da mulher (e da sua mão de obra) na construção da sociedade capitalista, o reconhecimento da composição populacional pelos diversos corpos. Os LDs analisados

demonstram essa aproximação com essas novas abordagens, conforme apresentamos na Figura 5, onde se localiza a “Terra dos Curdos”, colocando em destaque a luta do povo curdo pelo seu território e coloca em evidência uma mulher quando aborda os conflitos internacionais.

Figura 5: Conjunto de imagens dos LDs da Coleção Geografia Geral e do Brasil.



Fonte: MOREIRA; SENE, 2016.

A dimensão ambiental também ganha destaque nos LDs, trazendo à tona o papel dos organismos internacionais multilaterais que pautam as lutas ambientais (e a participação do Brasil) nesses espaços; e o papel das ONGs. Na coleção analisada, o conteúdo ambiental - presente nos LDs destinados ao 1º ano – ganha capítulo para as Conferências do meio ambiente, onde as relações geopolíticas atravessam de sobremaneira o que é discutido e acordado, colocando em pauta a possibilidade de um desenvolvimento sustentável. Percebemos que enquanto a coleção *Geografia Geral e do Brasil* coloca essa discussão atrelada às questões nacionais (a exemplo da pauta indígena –mais precisamente Guarani-Kaiowá- e das questões das disputas de terras), a coleção *Fronteiras da Globalização* contextualiza o tema frente a uma pauta de escala internacional.

Figura 6: Imagens do LD Geografia Geral e do Brasil sobre pautas ambientais e indígenas.



Fonte: MOREIRA; SENE, 2016.

Sobre essas possibilidades que emergem, esses são os que mais sofrem ataques de uma sociedade que quer controlar os assuntos que são abordados em sala de aula. Em tempos de escola sem partido, é, em primeiro lugar, dentro do campo da Geografia Política, os temas ligados à Geografia Menor àqueles que estão sob maior ataque dos governos que atuam sob uma racionalidade neoliberal.

Algumas considerações finais

A Geografia Política é uma das possibilidades de leitura do espaço geográfico a partir das disputas de poder. Assim como os outros campos da ciência geográfica, o que aparece dela nos livros didáticos é um recorte e uma leitura desse campo, uma espécie de adaptação para a formação escolar.

Fica nítido nas palavras de Lacoste, na intenção de Mackinder, no atuante papel dos governos estatais (na regulamentação), que há uma indissociabilidade entre a Geografia e a Política, e no quanto que a primeira já serviu à segunda no ambiente escolar para promover o sentimento nacionalista. Deixando evidente que, até hoje, não há uma Geografia apartada de uma visão política, seja da racionalidade neoliberal, seja dos movimentos populares.

Nesse sentido, o LD, artefato fundamental densamente presente nas escolas brasileira, é resultado de uma disputa política tanto em relação ao conteúdo ali expresso, a forma como ele aparece, na distribuição e na sua utilização. Em tempos de precarização do trabalho docente, torna-se ainda mais potente os estudos que trazem o

LD como objeto, pois, no limite, esses artefatos nos trazem que geografia que nossos alunos estão aprendendo.

Dessa forma, identificamos que os LDs analisados, revelam, por meio de seus conteúdos a presença e a disputa de duas Geografias – Maior e Menores. Salientamos que a Geografia Maior ainda se expressa numa geografia que não evidencia quando aborda os indicadores socioeconômicos, as assimetrias internas. Contudo, manifesta realidades distintas no mundo, mais próximas da nova geografia política, revelando as diferentes possibilidades de se falar da relação geografia e política, por meio das novas reivindicações políticas (de reconhecimento territorial, da participação das mulheres, das pautas ambientais).

A racionalidade neoliberal é reafirmada nos livros didáticos por meio de como ele é pensado e que reverbera no conteúdo que chegará na sala de aula, através de um texto, de uma atividade ou da cópia desse material. Os atravessamentos, então, são profundos, perpassa pelo trabalho docente, pelo LD e chega ao aluno por meio de uma Geografia distante que não desperta os seus sentidos para a transformação.

Transcender a Geografia Maior torna-se relevante para produzir geografias menores. Quando o LD aborda apenas assuntos políticos em escala nacional e internacional distanciamos nossos alunos da prática política diária e de como eles podem ser agentes de transformação do seu espaço geográfico, ou melhor, do seu lugar. As geografias menores ampliam o olhar, possibilitam colocar os estudantes no centro dos debates políticos. Assim, percebemos a potencialidades das Geografias Menores em fomentar no aluno sua atuação na transformação do espaço geográfico.

O exercício analítico realizado neste texto mostra quanto imbricado estão a Geografia Maior e a Geografias Menores nos conteúdos inscritos no livro didático e muitas vezes são tão sutis que podem facilmente passar por despercebidas. Cabe o olhar atento do professor para estabelecer linhas de fugas com a intencionalidade de produzir conhecimentos em conexões com o cotidiano dos estudantes.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Lucia Marina; RIGOLIN Tercio Barbosa. **Fronteiras da Globalização**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2016.

BITTENCOURT, Circe. Em foco: história, produção e memória do livro didático. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 3, set./dez., 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília, v. 3, 2006. Disponível em: <<http://>

portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf> Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados Estatísticos**. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>. 2017. Acesso em: 05 maio 2020.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em 10 jun. 2020.

CALLAI, Helena C. Educação Geográfica para a formação cidadã. **Revista de Geografia Norte Grande**. Santiago, n. 70, p. 9-30, 2018.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **O golpe nas ciências humanas: 1964 e os estudos sociais**. *Geografia*. Rio Claro, v. 27, n. 3, 2002. p. 29-70.

CASTRO, Iná E. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola "Sem" Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GIORDANI, Ana Claudia. Reverberações das fronteiras entre Geografia e a Educação. In: LIMONAD, Ester; BARBOSA, Jorge Luiz (Orgs.). **Geografias, Reflexões, Leituras, Estudos**. São Paulo: Max Limonad, 2020.

GIROTTO, Eduardo Donizeti. Dos PCNs a BNCC : O ensino de geografia sob o domínio neoliberal. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2017.

GONÇALVES, Amanda Regina. A Geografia Escolar como campo de investigação: história da disciplina e cultura escolar. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, v. XVI, n. 905, 2011.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Papyrus: Campinas, 1988.

LIMA, Ivaldo. A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica. **Espaço Aberto**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 149-168, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2120/1886>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves, Metodologias de pesquisas pós-críticas ou Sobre como fazemos nossas investigações. In: MEYER, Dagmar Estermann; e PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgas.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio de. **Geografia Geral e do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Scipione, 2016.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-posições**. Campinas, v. 23, n. 3, p. 51-66, 2012.

OLIVEIRA Jr, Wenceslao M. Geografias Menores: Potências de Expressão: entre imagens, pesquisa, educação. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. Campinas, v. 9, n. 17, p. 27-43, jan./jun., 2019.

OLIVEIRA, Aldo G. **O Livro Didático de Geografia como Estratégia de Governo**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de

Geociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189840/001090162.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PARAÍSO, Marlucy Alves, Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; e PARAÍSO, Marlucy Alves (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

PEREIRA, Sérgio. Nunes. Delgado de Carvalho e o Ensino da Geografia Política. In: MARTINS, Maria A. (Org.). **Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**. Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, 2009.

PEZZATO, João Pedro. **Ensino de Geografia – histórias e práticas cotidianas**: estudo de caso envolvendo três escolas e três professoras atuando no Ensino de Geografia nas 5ª séries do ensino fundamental de Maringá-PR. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2001.

PONTUSCHKA, Nídia N. A Geografia: pesquisa e ensino. In: CARLOS, Ana F. A. (org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 111-142

ROCHA, Genylton O. R. **Trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942)**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: PUC, 1996.

TONINI, Ivaine M.. **Geografia Escolar: uma história sobre seus discursos pedagógicos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova miséria nos Estados Unidos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2018.

Recebido em 20 de junho de 2020.

Aceito para publicação em 02 de novembro de 2020.